



*Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul*  
*Comarca de Coxim*  
*Vara Criminal - Infância e Juventude*

Coxim/MS, 24 de agosto de 2015

**Ofício nº 1624/2015**

**Autos nº 0001971-55.2015.8.12.0011**

**Ação:** Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha)

**Requerente:** **Silvia Rodrigues Mariano da Silva**

**Requerido:** Bruno Mariano da Silva

**Ao Ilmo. Sr. Tenente Coronel Adão Rosa dos Santos Gomes**  
**MD. Comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar de Coxim/MS.**

Senhor Comandante:

Com o presente e para os devidos fins, encaminho a Vossa Senhoria a inclusa decisão, extraída dos autos de Medida de Proteção acima mencionado, instaurada contra o acusado **Bruno Mariano da Silva, Av. Presidente Vargas, 1191, Santo André - CEP 79400-000, Coxim-MS, RG 1287783SSP/MS, nascido em 25/01/1983, Brasileiro, natural de Patos de Minas-MG, mãe Marli Mariana da Silva, tendo como vítima Silvia Rodrigues Mariano da Silva, Av. Presidente Vargas, 1991, Santo André - CEP 79400-000, Coxim-MS, CPF 052.143.921-33, RG 2197007SSP/MS, nascida em 19/12/1997, Brasileiro, natural de Coxim-MS, pai Vanderlei Rodrigues da Silva, mãe Marli Mariana da Silva, para conhecimento e fiscalização da medida imposta ao acusado, pelo prazo de 30 (trinta) dias a contar da decisão.**

Atenciosamente.

**Maria Neuma de Oliveira e Melo**  
**Analista Judiciário**  
 Assina por determinação  
 Portaria nº 002/2001

Mod. 778693 - Endereço: Avenida General Mendes de Moraes, nº 70, Jardim Aeroporto - CEP 79400-000, Fone: (67)3291-1377, Coxim-MS - E-mail: cox-vcrim@tjms.jus.br,

SETOR DE CORREIO - Remessa Deste Documento				
X	PROTOCOLO		MALOTE SIMPLES	MALOTE COM C.R.
	CORREIO SIMPLES		CORREIO COM A.R.	CORREIO COM A.R. M.P.



*Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul*

*Comarca de Coxim*

*Vara Criminal - Infância e Juventude*

**Autos 0001971-55.2015.8.12.0011 - Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha)**

**Réu(s): Bruno Mariano da Silva**

**Vítima: Silvia Rodrigues Mariano da Silva**

**DECISÃO**

Trata-se de requerimento formulado pela Delegada de Polícia de Coxim, Dra. Sandra Regina Simão De Brito Araújo em que se postula a aplicação de medidas de proteção à mulher vítima de violência doméstica e/ou familiar.

Segundo as informações da autoridade policial, a vítima, em data recente, teria sofrido ameaça de seu irmão, o que justificaria a aplicação das medidas previstas na nova Lei 11.340/06.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Estadual opinou pelo acolhimento do pedido (fls. 18/19).

Relatei o necessário. Decido.

Como bem colocou o *Parquet*, a Lei 11.340/06 trouxe notório avanço no que toca à proteção da mulher vítima de violência doméstica ou familiar, prevendo um extenso rol de medidas cautelares e protetivas colocadas à disposição do magistrado para efetivo resguardo da integridade, física e moral, da vítima, de seus familiares e eventuais testemunhas.

No caso dos autos, uma vez demonstradas as agressões sofridas pela ofendida, impõe-se a aplicação das medidas postuladas pela autoridade policial, como autoriza a novel legislação protetiva.

A violência, por sua vez, encontra-se caracteriza por meio do referido relato, assim como pelo fato de a vítima ter procurado a polícia para registrar a ocorrência dos fatos. Por fim, sem dúvida, a espera pela 'certeza' das agressões pode tornar inócua a ação judicial.

**Pelo exposto, com base nos artigos 18 e seguintes da**

**1**



*Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul*

*Comarca de Coxim*

*Vara Criminal - Infância e Juventude*

Lei 11.340/06 e com o parecer, determino ao agressor mantenha à distância mínima de 300 metros da ofendida; não mantenha contato, de nenhuma espécie, com a ofendida e testemunhas.

Ressalto que tais medidas serão aplicadas em caráter de urgência, pelo prazo de 30 (trinta) dias, podendo, ainda, ser revista oportunamente, na audiência de interrogatório ou na audiência prevista no artigo 16 da Lei 11.340/06.

Intime-se o autor dos fatos para que cumpra as medidas determinadas, advertindo-o de que são provisórias e de que o seu descumprimento importará a sua **prisão**.

Dê-se ciência à autoridade policial, que zelarà pelo cumprimento das medidas e, ainda, deverá imprimir andamento preferencial às investigações, as quais deverão ser concluídas no prazo de noventa dias, nos termos da Lei 11.340/06.

Intime-se a vítima das medidas impostas, advertindo-a de que deverá informar à autoridade policial o eventual descumprimento pelo autor dos fatos.

Autorizo ao Sr. Oficial de Justiça, se necessário, solicitar reforço policial para assegurar o cumprimento desta decisão.

Ciência ao Ministério Público Estadual.

Às providências e intimações necessárias.

Coxim - MS, 21 de agosto de 2015.

**Tatiana Dias de Oliveira Said**

Juíza de Direito